

CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL,
COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

REQUERIMENTO Nº , DE 2025
(Do Sr. Ivan Valente e Da Sra. Talíria Petrone)

Requer a realização de Seminário pós-29ª Conferência das Partes (COP 29) da Convenção-Quadro de Clima das Nações Unidas em conjunto na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e na Comissão de Legislação Participativa.

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Ex^a., nos termos do art. 58, 2º, II, da Constituição Federal, e do art. 24, III, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de Seminário conjunto na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, tendo como objetivo debates profícuos acerca de como a 29ª Conferência das Partes (COP29) se relaciona com a 30ª Conferência das Partes (COP30) a ser realizada neste ano de 2025, em Belém, no Brasil.

Para tanto, gostaríamos de sugerir os convidados a seguir:

1. Instituto Talanoa
2. Plataforma Cipó
3. CONJUCLIMA
4. Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB)
5. Instituto Alana



6. Rede Vozes Negras pelo Clima
7. Representante do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - Secretária Ana Toni;
8. Representante do Ministério de Relações Exteriores - Embaixadora Liliam Beatris Chagas de Moura;

JUSTIFICAÇÃO

As Conferências das partes (COPs)¹, da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) ocorrem anualmente desde 1995 e buscam unir o mundo em ações eficazes para conter o aquecimento global. Essas reuniões resultam em compromissos internacionais como o Protocolo de Quioto (de 1997, vigente de 2005 a 2020) e o Acordo de Paris (de 2015, vigente desde 2016).

No âmbito nacional, a agenda de enfrentamento à mudança do clima deve trabalhar em colaboração com as políticas de desenvolvimento econômico, social e ambiental para o Brasil. Alguns dos desafios atuais são a descarbonização das atividades econômicas, com vistas à neutralidade climática em 2050 (emissão líquida zero de gases de efeito estufa), e a proteção de nossa população frente aos já perceptíveis eventos climáticos extremos.

Para que essa transição traga justiça climática, é preciso incluir as populações em situação mais vulneráveis na discussão e no foco de ação das políticas públicas, em termos de moradia, alimentação, renda, entre outros.

A crescente importância da pauta climática pressiona por maior integração de políticas federais e uma governança cada vez mais efetiva e inclusiva, com participação de estados, municípios, sociedade civil, pesquisadores e setor privado.

A 29ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP29), realizada entre 11 e 22 de novembro de 2024, em Baku, no Azerbaijão, teve como foco central viabilizar o cumprimento da meta global de limitar o aquecimento a 1,5°C. A conferência ocorreu em um momento crítico,

¹ <https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/mudanca-do-clima>



visto que 2023 registrou a maior temperatura média do planeta nos últimos 125 mil anos. Nesse cenário, o financiamento climático se destacou como um dos temas mais relevantes, especialmente para países em desenvolvimento, que dependem de recursos externos para implementar suas ações de mitigação e adaptação.

O financiamento climático deve ser um dos assuntos mais importantes na pauta da (COP29), a exemplo do que aconteceu na (COP28), em Dubai. Isto porque muitos países dependem de iniciativas externas para o financiamento de suas ações de mitigação das mudanças climáticas. Os mecanismos de financiamento mistos (blended finance), desta vez, devem ser mais discutidos. A governança e a regulação do sistema financeiro também deve ser um dos assuntos da COP29, uma vez que os fundos de financiamentos climáticos devem ser operados de forma transparente, com o intuito de incentivar novos investimentos.²

Uma parceria firmada entre Brasil, Emirados Árabes Unidos e Azerbaijão, em fevereiro de 2024, reforçou o compromisso com a implementação das Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs). Essa iniciativa se torna crucial para a COP30, que ocorrerá em 2025, em Belém (PA), quando os 198 países-membros da UNFCCC deverão apresentar, além de novas metas climáticas, planos concretos para a sua execução.

No contexto brasileiro, a COP29 reforçou a necessidade de maior integração entre desenvolvimento econômico, social e ambiental. Entre os desafios mais urgentes estão a descarbonização da economia, a adaptação a eventos climáticos extremos e a justiça climática, garantindo que populações vulneráveis sejam contempladas em políticas públicas.

A realização da COP30 em Belém será um marco para o Brasil, especialmente por ocorrer na região amazônica, um ecossistema essencial para o equilíbrio climático global. O evento representará uma oportunidade única para o país demonstrar liderança na pauta ambiental, impulsionando iniciativas como a redução do desmatamento, o fortalecimento da governança climática e a mobilização de recursos financeiros para a transição ecológica.

2 https://www.alemdaenergia.engie.com.br/cop-29-conferencia-do-clima-azerbaijao/?gad_source=1&gclid=Cj0KCQiA88a5BhDPArisAFj595g-SG-euZ19FDf9I1otlELBhZDxlAGVqCdqG1-elAyRTspDWrXybO0aAngkEALw_wcB



A COP29, portanto, deixou para a COP30 a responsabilidade de consolidar avanços obtidos, garantir a execução das metas estabelecidas e fortalecer o papel do Brasil no cenário climático global. Para isso, é essencial que atores governamentais, sociedade civil, setor privado e acadêmicos se engajem na construção de um debate profundo e estratégico, garantindo uma participação efetiva e assertiva na próxima conferência.

Diante da importância do tema e da pertinência temática em relação a esta comissão, é que solicito o apoio dos nobres pares na aprovação deste requerimento.

Sala das Comissões, em de de 2025.

Deputado Ivan Valente
PSOL/SP

Deputada Talíria Petrone
PSOL/RJ





Requerimento **(Do Sr. Ivan Valente)**

Requer a realização de Seminário pós-29ª Conferência das Partes (COP 29) da Convenção-Quadro de Clima das Nações Unidas em conjunto na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e na Comissão de Legislação Participativa.

Assinaram eletronicamente o documento CD259851197700, nesta ordem:

- 1 Dep. Ivan Valente (PSOL/SP) - Fdr PSOL-REDE
- 2 Dep. Talíria Petrone (PSOL/RJ)

